

Agora, a poupança compulsória

O ministro Camilo Pena diz que o governo vai compensar a falta de crédito, obrigando o País a poupar. E aumentará progressivamente os impostos.

O ministro Camilo Pena, da Indústria e do Comércio, previu ontem: decepcionado com a poupança popular, o governo vai, a partir de agora, seguir o exemplo do México e que também deverá ser seguido pela Argentina, e impor a poupança compulsória à população. Os primeiros sinais já foram dados, com o aumento do Imposto de Renda das pessoas físicas e com a correção monetária sobre o IR devido. Mas a decisão significará também o aumento progressivo de todos os impostos "e outras medidas que vêm por aí" e que ele não quis revelar.

Com isso, o governo espera conseguir reduzir os juros internos e impulsionar a economia, diante da impossibilidade de continuar contando com a poupança externa em consequência da crise econômica internacional explicou Camilo Pena, após conversar por mais de uma hora com o ministro Ernane Galvão, da Fazenda, a respeito da redução das taxas de juros, que é, segundo ele, a principal preocupação do governo, depois dos acertos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os banqueiros credores do País.

Decepção com o povo

O governo, revelou o ministro, está, de certa forma, decepcionado com o nível de poupança nacional e acredita que a sociedade não soube aproveitar os dois anos consecutivos, 1981 e 1982, de juros altos, para poupar; o inverso do que ocorreu em outras sociedades, principalmente em países industrializados, cujas populações, sempre, segundo ele, recorreram à poupança, evitando gastos e desperdícios.

Para Pena, os juros estão altos, e tendem a assim permanecer, porque a poupança nacional é insuficiente para atender às necessidades do País e, como não há mais suplementação da poupança externa, a única saída será impor a poupança compulsória.

Os ministros Delfim Neto e Ernane Galvão estão temerosos de que o crescimento da poupança pela via espontânea não surta o resultado esperado pelo governo.

Governo e bancos

Camilo Pena entende que essa forma de captação corresponde à contribuição que a sociedade terá que dar para baixar os juros internos, mas ressaltou que tem de haver ainda a contribuição do governo e dos banqueiros. Ele não quis adiantar quais medidas o governo está disposto a tomar, mas não negou modificações no IOF, que poderá ser reduzido, e na liberação do limite de crédito. Esclareceu, porém, que a maior contribuição que o governo poderá dar é na redução das emissões de títulos do Tesouro, utilizadas para fechar o déficit público, mas responsáveis pela elevação dos juros.

Tal redução, por sua vez, disse, somente acontecerá na medida em que aumentar a poupança nacional e em que forem reduzidos os subsídios. Quanto a estes, foi traçada, na última reunião do Conselho Monetário, uma política de cortes crescentes. "Falta agora diminuir os juros no crédito livre". Ou seja, o ministro deixou claro que grande parte das providências para baixar os juros já foram e estão sendo tomadas, como a supressão gradual dos subsídios e o aumento progressivo dos impostos, a partir de agora, e que chegou, portanto, a vez dos banqueiros contribuírem.

Polêmica

Existe a possibilidade de o governo liberar o crédito, mas Camilo Pena acredita que, ao contrário do que prega certa corrente de economistas, os juros não baixarão por causa disso e sim aumentarão, pois o setor bancário está praticamente oligopolizado e ocorreria o que se quer evitar, para aumentar a poupança: o crescimento do consumo. Por isso, o governo quer, dos bancos, em contrapartida, uma garantia de que os juros não ultrapassarão a média dos 12 a 15% acima da inflação, contra a média atual de 40 a 50% patamar incapaz de promover a retomada do crescimento econômico.

Com o aumento da poupança interna pela via compulsória, a redução gradual dos subsídios e a contribuição dos bancos para garantir o patamar máximo de 12 a 15% de juros reais, somados à providência de desindexar a economia, desvinculando a correção monetária da cambial, será possível, na opinião do ministro, retomar gradualmente o crescimento da economia. Restará a reforma tributária, que virá para distribuir melhor a renda, disse.

O orçamento da Siderbrás

Camilo Pena disse que não há nada de novo em relação ao orçamento da Siderbrás. Sustentou que o orçamento de Cr\$ 302 bilhões não é suficiente, que será necessário reformulá-lo e que já conversou com o ministro Delfim Neto, por telefone, anteontem, a respeito, mas não houve evolução nos entendimentos. Admitiu, porém, que há uma crise potencial e caso não se encontre uma solução, ela tende a se agravar. Reiterou a necessidade de o BNDES e o Banco do Brasil promoverem uma política específica para o setor siderúrgico e a liberação do controle dos preços do setor, a fim de aumentar o seu faturamento.

Mas, como a principal preocupação do ministro do Planejamento, segundo Camilo Pena, "é acertar os ponteiros com o FMI e os banqueiros credores, o que está tomando todo o tempo dele" — ainda não foi possível marcar uma conversa, "só falamos por telefone".